

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE DESPORTOS – CDS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – DEF

WILLIAN ROBERTO DE SOUZA

ATUAÇÃO DOS PROFESSORES AUXILIARES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

FLORIANÓPOLIS, SC

2019

WILLIAN ROBERTO DE SOUZA

**ATUAÇÃO DOS PROFESSIONAIS AUXILIARES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Centro de Desportos
(CDS) da Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC) como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciatura
em Educação Física

Orientadora: Prof. Dra. Bruna Barboza
Seron

FLORIANÓPOLIS

2019

WILLIAN ROBERTO DE SOUZA

**ATUAÇÃO DOS PROFESSIONAIS AUXILIARES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciado em Educação Física e aprovado em sua forma final pelo curso de Educação Física.

Florianópolis, 25 de Julho de 2019.

Prof. Dr. Giovani Firpo Del Duca
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



Prof.^a Dra. Bruna Barboza Seron
Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dra. Gabriela Fischer
examinadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Jaison José Bassani
examinador

Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me dar força, discernimento e perseverança todos os dias da minha vida para superar os desafios impostos.

Agradeço abundantemente a minha esposa Mayara por todo amor, carinho e compreensão nesses anos juntos. Por todo incentivo, conselho e auxílio para construção da minha vida acadêmica e pessoal. Por estar sempre ao meu lado em todos os momentos de dificuldade e felicidade.

Aos meus Sogros Cláudio e Elenir que sempre me apoiaram e incentivaram durante toda a graduação, assim como sempre cuidaram de mim como um filho, meu profundo agradecimento. Ao meu cunhado Cláudio Neto, por todos os ensinamentos, conselhos e dicas sobre o curso de Educação Física. Você é uma referência para mim como profissional e pessoa.

Aos meus Pais Carlos e Rosangela, por todo amor concedido a mim para que eu me tornasse quem sou hoje. Ao meu irmão Robson, por toda admiração e carinho que eu tenho por ele. Aos meus avós maternos Mauricio e Sueli, que me acolheram e cuidaram de mim por quase toda graduação. E a minha Vó Maria (*in memoriam*) que me criou, educou, passou seus valores e ensinamentos, que sempre me fez sorrir e ser grato por tudo que acontece nessa vida. Com certeza não chegaria até aqui sem você, sou eternamente agradecido.

A minha orientadora Prof.^a Dra. Bruna Barboza Seron por toda paciência, parceria e compreensão, e pelos ensinamentos na fase da graduação como também de orientação e suporte para elaboração deste trabalho.

Por fim a todos os professores e amigos que de certa forma contribuíram para que eu chegasse até esta etapa final do curso.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

Jose de Alencar

RESUMO

O professor auxiliar de educação especial (PAEE) surge com a necessidade de apoio aos alunos com deficiência no sistema de ensino regular. O suporte que este profissional exercerá nas aulas de educação física, auxiliando e envolvendo o aluno com deficiência nas atividades, se torna fundamental para o desenvolvimento e a participação efetiva do mesmo. A pesquisa tem como objetivo compreender a atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física. Para coleta de dados foi feita observação não participante e em seguida foram feitas entrevistas semiestruturadas com cinco PAEE. Os dados foram analisados por meio de categorias, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, nas quais eles foram discutidos, analisados e articulados com a sustentação teórica. Ao analisar os dados, observou-se uma heterogeneidade na formação inicial dos PAEE, com mínima especialização na educação especial. Os PAEE conduzem o aluno juntamente com o professor de educação física (PEF) e a turma para o local da aula, no entanto há uma dificuldade de envolvê-los nas atividades planejadas pelo professor regente. Existe uma pequena articulação desses profissionais (PAEE e PEF) bem como pouco engajamento do PAEE na organização de trabalho coletivo. Os resultados obtidos com o estudo englobam pontos importantes e levam para uma reflexão e discussão sobre a atuação desses profissionais na aula de educação física e como podem contribuir para tornar uma educação mais inclusiva. Além disso, os dados revelam que há uma complexidade e fatos minuciosos que interferem no processo inclusivo.

Palavras chave: Professor auxiliar de educação especial; educação física; educação inclusiva.

ABSTRACT

The auxiliary teachers of special education (ATSE) arises with the need to support students with disabilities in the regular education system. This professional support will carry out in physical education classes, assisting and involving the student with disabilities in the activities, becomes fundamental for the development and effective participation of the same. The research aims to understand the role of auxiliary teachers of special education in physical education classes. For the data collection, non-participant observation was made and then the semi-structured interviews were done. The data were analyzed through categories, using the technique of content analysis that was discussed, analyzed and articulated with theoretical support. When analyzing the data, it was observed a heterogeneity in the initial formation of the ATSE, with minimal specialization in special education. The ATSE leads the student together with the physical education teacher (PET) and the class to the place of the class, however there is a difficulty to involve them in the planned activities by the regent teacher. There is a small articulation of these professionals (ATSE and PET) as well as little involvement of the ATSE in the organization of collective work. The results obtained with the study encompass important points and lead to a reflection and discussion about the performance of these professionals in the physical education class and how they can contribute to make education more inclusive. In addition, the data reveal that there is a complexity and minute facts that interfere with the inclusive process.

Keywords: auxiliary teacher of special education; Physical education; Inclusive education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Tempo de atuação e formação dos PAEE.....	27
Tabela 2 - Deficiências, idade e período escolar dos alunos observados.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD Aluno com Deficiência

APAE Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

DC Diário de Campo

GEC Gerência de Educação Continuada

LBI Lei Brasileira de Inclusão

NEE Necessidade de Educação Especial

PAEE Professor Auxiliar de Educação Especial

PEF Professor de Educação Física

TEA Transtorno do Espectro Autista

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
2. REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA	16
2.2 FIGURA DO PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	20
2.3 A ATUAÇÃO DO PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	22
3. METODOLOGIA.....	24
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	24
3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	25
3.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS.....	25
3.4 ANÁLISE DE DADOS.....	26
3.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	27
4. REFLEXÃO E DISCUSSÃO.....	28
4.1 PROFESSORES AUXILIARES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: QUEM SÃO?.....	28
4.2 ATUAÇÃO DO PAEE: RELAÇÃO ENTRE O QUE EU VI E OUVI.....	32
4.2.1 Condução do estudante, juntamente com o professor de Educação Física e a turma, para as aulas de Educação Física.....	32
4.2.2 Envolvimento do aluno nas atividades.....	33
4.2.3 Articulação do professor regente e o PAEE.....	36
4.2.4 Momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da escola.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIA.....	42
APÊNDICES.....	47
APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	47
APÊNDICE 2 – CARTA DE APRESENTAÇÃO	50

APENDICE 3 – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	52
ANEXOS.....	53
ANEXO 1 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	53
ANEXO 2 – OFÍCIOS DE ENCAMINHAMENTO DA PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS.....	56

1. INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Com a entrada de crianças com deficiências nas escolas de ensino regular, se fez necessário inserir no contexto escolar o atendimento especializado para esses alunos, o que acarreta a contratação de professores de educação especial que se diferenciam das funções dos professores de sala de aula comum. A inserção deste profissional é um elemento-chave para auxiliar a escola no processo de inclusão dos alunos com necessidades de educação especial (NEE) (CARVALHO, 2009; FLORES, 2013).

A nomenclatura deste profissional de educação especial pode sofrer alteração com base na sua esfera de administração, sendo ela municipal, estadual ou federal. Na Lei Estadual de Santa Catarina número 17.143 de 15 de Maio de 2017, que dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica, esse profissional da área de educação especial denomina-se como Segundo Professor de Turma. Já a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis trata este indivíduo como Professor Auxiliar de Educação Especial (PAEE), conforme a Política da Educação Especial do município. Indiferente da área de gestão, o público atendido por esses profissionais engloba os estudantes com deficiência, estudantes com transtornos do espectro autista e estudantes com altas habilidades/superdotação (FLORIANÓPOLIS, 2016; SANTA CATARINA, 2017).

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 06 de julho de 2015, o seu capítulo IV do Direito a Educação garante o direito da pessoa com deficiência todos os níveis de aprendizagem ao longo de toda vida, de forma e alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Incumbe também ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar, avaliar e ofertar profissionais de apoio escolar aos alunos com necessidades de educação especial (BRASIL, 2015).

A Política de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis considera que o professor auxiliar de educação especial deve realizar atividades de locomoção, cuidados pessoais e alimentação dos estudantes com deficiência e com transtorno do espectro autista TEA em articulação com as atividades escolares pedagógicas, garantindo a participação desses estudantes com os demais alunos. É de suma importância que ele conduza o estudante com deficiência, juntamente com o professor de educação física e a

turma para as aulas dessa disciplina escolar de modo a envolvê-lo nas atividades coletivas, planejadas pelo professor de educação física. É essencial que o PAEE trabalhe de forma articulada com o professor de sala, sem que assuma atividades de escolarização ou de atendimento educacional especializado (FLORIANÓPOLIS, 2016).

Segundo Carvalho (2009), o apoio aos alunos com necessidades de educação especial deve articular-se com os mediadores do processo educativo, como os professores do ensino regular, professor de apoio educativo, família e comunidade, tornando-se relevante ter um bom relacionamento entre as partes mencionadas, possibilitando o êxito escolar não apenas dos alunos com necessidades de educação especial, mas de todos os alunos. Essa articulação, segundo Pinto (2016), vem por meio de uma proposta em equipe como um trabalho colaborativo, que visa promover ambientes mais inclusivos e ampliar os conhecimentos dos professores. Neste processo é essencial que os alunos com deficiência tenham mais oportunidades de experimentar.

Oliveira e Silva (2015) apontam que esse ensino colaborativo é a parceria entre os professores do ensino regular e de educação especial, no qual dividem o compromisso de planejar, instruir e avaliar uma turma em que apresentam alunos com deficiência. Freitas (2013) ressalta que as práticas de ensino colaborativo proporciona elementos que visam pensar a formação dos professores auxiliares e professores regentes, uma vez que eles possam refletir sobre seus planejamentos, instruções e avaliações do grupo que apresenta estudantes com deficiência.

Uma das áreas para essa proposta de ensino colaborativo é a educação física, que segundo Pinto (2016) se diferencia das demais pelas suas propostas de ensino e metodologias dos professores, em que se consegue de forma mais facilitada especificar os conteúdos e as estratégias em função das pessoas com necessidades específicas. O autor afirma que o aluno com deficiência, na maior parte das vezes, não é estimulado para realizar atividades físicas fora da escola, por essa razão a educação física escolar visa preencher essa demanda. Esta área ainda tenciona implementar uma política de inclusão em suas aulas, proporcionando a igualdade de direitos, o respeito às diferenças, a prática de atividade física a todos os estudantes de maneira igualitária.

Conforme os estudos apontados por Pinto (2016), os professores de educação física revelaram ser importante a função do PAEE em suas aulas, uma vez que exercem um papel essencial no apoio educacional aos alunos com deficiência, pois é o intermediador dos processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos no contexto escolar. Os professores de educação física ainda relatam que é necessária a presença deste profissional na condução do

aluno e ordenamento da aula, afirmando que ele é um facilitador da execução das atividades, pois guia o aluno com deficiência a realizar as tarefas propostas para a aula.

Essa presença do professor auxiliar nas aulas de educação física nem sempre é uma realidade. A ausência deste profissional e o fato deste não ser específico para cada aluno com deficiência são algumas das principais dificuldades encontradas pelos professores de educação física para a participação igualitária destes alunos nas aulas. Esses fatores são ainda agravados quando é levado em conta os espaços físicos inapropriados e ausência de materiais didáticos que facilitem o aprendizado dos alunos com deficiência (SALVADOR, 2015).

As dificuldades encontradas afetam diretamente o exercício da função desses profissionais. O despreparo e a falta de formação continuada são presentes no ensino regular, prejudicando a inclusão dos alunos com deficiência no ambiente escolar. Para suprir essas demandas se faz necessário a aplicação cursos que qualifiquem os professores para atuarem com esses estudantes (LIMA, SANTOS e SILVA, 2007; SALLES, ARAUJO e FERNANDES. 2015).

Expondo a real importância do PAEE e as dificuldades encontradas pelos profissionais, se fez necessário compreender um pouco mais sobre como acontece sua atuação na área da educação física e o que ela pode contribuir para viabilizar uma inclusão mais efetiva nas escolas.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender a atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física.

1.2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Conhecer a formação do professor auxiliar de educação especial.
- ✓ Compreender a atuação do PAEE por meio das seguintes atribuições: condução do aluno para a aula, envolvimento na aula, articulação com o PEF e participação de momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da escola.

1.3 JUSTIFICATIVA

As pesquisas indicam que a causa do não atendimento educacional aos alunos com deficiência, que frequentam as classes regulares e o despreparo dos profissionais e a desinformação, evitando que aconteça uma atuação adequada e eficaz. Dessa forma, compreendemos que a inclusão da educação física no ensinamento dessa criança não se resume simplesmente em adaptar a disciplina escolar para que ela possa participar da aula, mas sim adotar uma perspectiva educacional na qual os objetivos, conteúdos e métodos valorizem a diversidade humana e que tenham um comprometimento efetivo na construção de uma sociedade inclusiva (CHICON, 2013).

O tema da pesquisa surgiu em uma observação do estágio supervisionado I do curso de educação física em licenciatura da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, em uma escola pública da rede estadual de ensino de Florianópolis. Naquele determinado momento a turma observada tinha uma professora regente e contava com um professor de apoio devido à presença de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O que de fato chamou a atenção foi a forma de como este profissional agia perante as situações cotidianas. A turma seguia com seu planejamento de ensino enquanto o aluno fazia outra atividade separado dos demais, sem a supervisão dos professores. Outro fator que contribuiu para essa pesquisa foi que no momento de intervenção o PAEE evitou que a criança produzisse um brinquedo junto aos demais alunos. Em alguns momentos havia a interação entre as outras crianças e o aluno com autismo, mas na maioria das vezes o aluno agia por si só sem se relacionar com os demais alunos.

O tema proposto visa compreender as funções que o PAEE exerce na escola, buscando respostas e esclarecendo o importante papel que este profissional tem perante a comunidade escolar. Vale ressaltar que o auxílio que este profissional exerce nas aulas de educação física é fundamental para o desenvolvimento do aluno com deficiência, assim como sua articulação com os professores regentes. Diniz e Viana (2016) retratam que a educação física tem muito a contribuir com os alunos com deficiência, promovendo uma maior integração entre este e o ambiente social.

Pretende-se que esta pesquisa norteie escolas, professores auxiliares de educação especial e professores do ensino regular expondo a atuação daquele profissional na instituição, no que rege a lei e o que ele realmente faz. Exibindo que há meios ou caminhos a serem percorridos pelos professores que auxiliam para uma escola mais inclusiva.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA

A Constituição Federal de 1988 possui como um dos princípios garantir a todos o direito de igualdade e condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação. Durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, que ocorreu em Jomtien na Tailândia no ano de 1990, o Brasil estabeleceu metas básicas para melhorar o sistema educacional brasileiro, sistema esse que se encontrava em discussão pela falta de políticas educacionais visando uma melhora na educação de crianças e adolescentes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Em junho de 1994, o Governo Espanhol juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou uma Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, onde teorias e práticas baseadas no princípio da inclusão escolar começaram a ser discutidas com maior ênfase (BRASIL, 2004; MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011).

As mudanças começaram a ser identificadas quando foi instituída a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em que no seu artigo 4º dispõe sobre o direito à educação e do dever de educar proporcionando um “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”. No ano de 2003, o Brasil dá continuidade à mudança, quando o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, dá suporte aos estados e municípios para que as escolas brasileiras se tornem de qualidade, democráticas e inclusivas (BRASIL, 1996; BRASIL, 2004).

Para que as escolas se tornem democráticas e inclusivas é preciso que elas identifiquem as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busquem a participação e o crescimento de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Ela também, a escola, garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. A escola inclusiva se relaciona com cada aluno respeitando seus talentos e suas necessidades, visando respostas com qualidade pedagógica (ROPOLI et al., 2010; ARANHA, 2004).

A escola é um local de formação humana, e tem a finalidade de acolher, intensificar a participação e a atuação de todos os estudantes nas atividades escolares comuns e na apropriação do conhecimento (SANTA CATARIA, 2016).

Ropoli et al. (2010) aponta que nas escolas inclusivas nenhuma pessoa pode identificar ou padronizar os alunos como especiais ou normais, contudo eles devem se igualar pelas suas diferenças. A inclusão escolar implica em uma escola em que todos os alunos sejam inseridos sem qualquer restrição de acordo com suas capacidades e habilidades, e a diferença não pode excluí-lo de sua turma e não deve limitar o seu progresso escolar. A educação inclusiva constitui a escola como um espaço de todos, no qual os alunos produzem o conhecimento conforme suas capacidades, falam suas ideias livremente, participam dinamicamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos nas suas diferenças.

Cardoso (2014) acredita que a inclusão escolar só será bem sucedida no momento em que todos da instituição refletirem sobre a inclusão e trabalharem juntos. É preciso que todos aceitem e compartilhem a responsabilidade pela aprendizagem do aluno com deficiência. É pensar que o motivo aceitável para tal situação é valorizar qualquer diferença e respeitar o aluno como ele é, que trabalhe com sua cultura dentro de sala de aula, e posteriormente para o interior da escola. É uma inclusão que analisa as práticas de modo a tornar o conteúdo crítico, reflexivo e criativo, que cria oportunidades de construir políticas de inclusão com novas proporções de intervenção, assegurando a participação de todos.

A escola é um espaço muito amplo de ensino que possibilita múltiplas aprendizagens. No que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência, deve estar preparada para atender essas crianças, através de apoio pedagógico, planejamento de ensino e infraestrutura adequada. Com base na maior demanda de alunos com alguma deficiência na rede regular de ensino, torna-se necessário também oferecer a estes profissionais cursos de qualificação e/ou capacitação referente a esta área. A escola inclusiva procura dar um retorno apropriado e de qualidade, não só à deficiência, mas a todas suas diferenças, sendo elas culturais, étnicas ou sociais. Desta forma, a educação inclusiva não aceita a segregação e pretende que a escola seja universal em seu acesso (PIZZOLO, 2015; RODRIGUES, 2003).

A inclusão não significa apenas matricular o aluno na escola regular de ensino e manter a sua permanência, mas reestruturar o sentido do sistema educacional, o currículo escolar e a proposta pedagógica devem garantir o desenvolvimento cognitivo, cultural e social efetivo desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. Entretanto, a mudança efetiva de paradigma só será concretizada por meio da combinação das leis com ações efetivas de promoção à inclusão. Neste sentido, a educação física muito tem a contribuir

neste processo por intermédio de suas práticas, rompendo as barreiras do preconceito, promovendo a integração e oportunizando o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e à atividade física (SALLES; ARAUJO; FERNANDES, 2015).

Almeida e Coffani (2011) apontam que existem inúmeros estudos que afirmam que a educação física é parte integrante da formação integral do ser humano, no contexto escolar ela é a educação do corpo pelo movimento podendo envolver a pessoa como um todo. É interessante que os alunos com deficiências participem e vivenciem as práticas corporais que podem trazer mais autoconfiança e independência, além de favorecer ao estabelecimento das inter-relações sociais. Com a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, é indicada sua inclusão na disciplina de educação física escolar.

Os alunos com deficiência começaram a se envolver em uma subárea da educação física por volta da década 1980 e 1990 que se constituía como educação física adaptada, com objetivos que eram voltados para um modelo médico reabilitacional. Inicialmente, os alunos com NEE eram inseridos em um programa de educação especial e segregados da aula de educação física dos demais alunos. Junto com a evolução da inclusão na escola, a educação física também se modificou no aspecto de olhar e repensar as práticas corporais, abrangendo assim possibilidades conscientes para o desenvolvimento dos alunos com deficiência em suas ações de práticas pedagógicas (BEZERRA, 2010).

As aulas de educação física destinam-se a desenvolver no aluno seus aspectos afetivo, mental, social e motor, ela não visa apenas a parte física, a integração do aluno com a cultura corporal tem como objetivo formar cidadãos que possam reproduzi-las e transforma-las contribuindo com a melhor evolução do aluno em outras disciplinas, além também de viabilizar que ele construa valores como confiança, respeito e outras características fundamentais para o seu desenvolvimento social (SALVADOR, 2015).

Segundo Rodrigues (2017), existem algumas razões pelas quais a educação física é uma área que facilita uma construção da educação inclusiva. No que dizem respeito aos conteúdos, eles têm caráter de menor rigidez do que as demais disciplinas. O professor de educação física possui uma maior autonomia para organizar os conteúdos de maneira que auxilie a aprendizagem do aluno. Tendo em vista que a educação física é mais flexível com seus conteúdos, ela teoricamente é uma área que possibilita uma inclusão mais facilitada.

A inclusão real nas aulas de educação física requer o rompimento dos modelos tradicionais dos conteúdos, que beneficia os alunos aptos à disciplina. Sendo assim, é importante que se adote o princípio da inclusão como suporte fundamental da ação pedagógica, indicando para uma compreensão metodológica de ensino e aprendizagem que

visão o desenvolvimento da autonomia, cooperação, da participação social e da consolidação de valores e princípios democráticos (SALLES; ARAUJO; FERNANDES, 2015).

Chicon e Rodrigues (2013) retratam que a inclusão de alunos com NEE nas aulas de educação física está relacionada principalmente por fatores atitudinais e procedimentais. O primeiro está associando ao preparo do profissional, a formação que se pretende chegar e a sua atuação em aceitar e promover a diversidade humana. O segundo diz respeito aos meios que se vão tomar para cumprir com os objetivos, dos procedimentos didáticos e da metodologia de ensino. Eles ainda indicam que o despreparo profissional e a desinformação são a causa do não atendimento dos alunos com deficiência nas classes regulares, causas essas apontadas pelos profissionais de educação. Dessa forma os autores afirmam que está surgindo uma mobilização em favor da formação inicial e continuada dos profissionais da educação, com intuito de qualificá-los para atender a diversidade encontrada no interior da escola.

Com a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, os professores carecem de auxílio técnico pedagógico especializado, espaços físicos adaptados, material didático adequado e principalmente que o governo possa ofertar cursos de formação continuada de maneira a promover atualização constante dos conhecimentos dos profissionais de educação. Essas necessidades são fundamentais para promover o pensamento crítico e reflexivo, são indispensáveis para o desenvolvimento das capacidades individuais para atuar com os alunos deficientes. Os autores mencionam que a participação de profissionais de outras áreas é relevante e tende a agregar no processo inclusivo dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, eles auxiliam orientando os professores que têm dificuldades e excesso de tarefas (SALLES; ARAUJO; FERNANDES, 2015).

No que diz respeito à formação dos professores, existe uma carência de conteúdos e disciplinas que agreguem conhecimentos relevantes que possam contribuir com sua formação no âmbito da inclusão. Os cursos de licenciatura estão longe de realizar programas que prepare, qualifique e habilite os futuros professores a fim de enfrentar essa realidade educacional. Nesse sentido, quando os professores recém-formados saem das suas universidades e começam a trabalhar na educação básica se deparam com um ensino regular que a realidade está muito distante do que estudaram sobre o processo de inclusão escolar (COSTA, 2010).

Lima, Santos e Silva (2007) ressaltam em seu estudo que a falta de disciplinas e conteúdos que abordem os temas relativos às pessoas com deficiência nos cursos de formação dos professores ocasiona no despreparo desses profissionais para atuarem nas instituições de ensino. A formação do professor é fundamental para que a escola consiga desenvolver

atividades mais inclusivas, assim como eles também devem ser capacitados para transformar sua prática educativa. O despreparo desses profissionais é acarretado por essas deficiências no currículo dos cursos de formação inicial e continuada.

2.2 FIGURA DO PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial em sua estrutura organizacional esclarece que o serviço de apoio aos estudantes com deficiência e alunos TEA, deve auxiliar e acompanhá-los em suas atividades de locomoção, higiene pessoal e alimentação. A Portaria nº 007, de 21 de janeiro de 2014 retrata sobre esse serviço de apoio, em essencial sobre as circunstâncias da contratação do PAEE (FLORIANÓPOLIS, 2016).

O mesmo documento estabelece as diretrizes para a contratação de PAEE na rede municipal de Florianópolis, prescreve sobre os termos e condições para a determinada função. Em seu Art.1º, parágrafo primeiro, emite que esta contratação será autorizada quando as condições desses alunos com deficiência necessitarem, pois nem todos os alunos com transtorno do espectro autista e com deficiência carecem desse auxílio. A solicitação desse profissional será providenciada pela direção da instituição, equipe pedagógica e os profissionais da sala multimeios. Compete a Gerência de Educação Inclusiva examinar essa solicitação e analisá-la, dando uma resposta se está de acordo com os critérios especificados nesta portaria (FLORIANÓPOLIS, 2014).

Os critérios apresentados nesta portaria determinaram que para a contratação deste profissional:

Art. 2º Para efeitos desta portaria são considerados estudantes elegíveis para contratação de professor auxiliar de educação especial:

I. Estudantes com transtorno do espectro autista devidamente comprovado nos termos do art. 1º, § 1, e os que atendem aos critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;

II. Estudantes com comprometimentos físico-motores, que apresentam dependência na realização das atividades de locomoção, alimentação e cuidados pessoais (FLORIANÓPOLIS, 2014).

Compreende-se que esse profissional é exclusivo para os estudantes com transtorno do espectro autista e deficientes, ele será solicitado em casos que os alunos apresentem necessidades de auxílio evidentes. As outras deficiências que podem estar presentes na instituição de ensino contam com a presença do professor de libras, para alunos surdos, e os alunos com deficiência visual é dado o suporte com centro de apoio pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual.

Outra esfera administrativa como o Estado de Santa Catarina esclarece em sua secretaria que o Segundo Professor de Turma é disponibilizado nas turmas quando o aluno está devidamente matriculado e frequentando as aulas, esse auxílio será cedido quando os alunos apresentarem um diagnóstico de deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e ou deficiência múltipla que exponham comprometimento significativo nas interações sociais. Disponibilizado também nos casos de deficiência física que apresentem sérios comprometimentos motores e dependência em atividades de vida prática (SANTA CATARINA, 2018).

Podemos perceber nas legislações (FLORIANÓPOLIS, 2016) e (SANTA CATARINA, 2018) que este auxílio prestado para os alunos com deficiência e os alunos transtorno do espectro autista recebe denominações diferentes, no entanto suas funções são muito semelhantes. O segundo professor de turma do estado de Santa Catarina tem como suas obrigações verificar o planejamento do professor regente e se possível propor adequações conforme suas necessidades, ter participação no conselho e capacitações promovidas pela escola, contribuir com projeto político pedagógico da escola, auxiliar os professores regentes na aprendizagem de todos os alunos em todas as disciplinas e atividades extraclases. Sua carga horária deve se manter a mesma, caso o aluno com deficiência esteja ausente (SANTA CATARINA, 2018).

Esse profissional surge no intuito de tornar a escola mais inclusiva, visando investir nas potencialidades de aprendizagem de cada aluno em especial os alunos com deficiência, pretendendo atender as necessidades desses indivíduos (MENDES, 2015).

Este indivíduo não deve assumir todos os alunos integrantes da educação especial, eles são de responsabilidade da escola. Cabe ao segundo professor de turma atuar no recreio, troca de fraldas, alimentação, uso do banheiro, segurança e mobilidade desses alunos. Este indivíduo não pode ser designado para outra função na instituição mesmo o aluno não estando presente, também não poderá ministrar aula caso falte o professor regente. Outro aspecto importante é que nenhum aluno está dispensado de suas tarefas caso o segundo professor não esteja na instituição, é dever da escola se organizar nas tarefas dos alunos que precisarem de alguma necessidade (SANTA CATARINA, 2018).

A Portaria nº007/2014 considera que as atribuições dos professores auxiliares de educação especial na rede municipal:

- I. Realizar atividades de locomoção, cuidados pessoais e alimentação dos estudantes com deficiência em articulação com as atividades escolares e pedagógicas, garantindo a participação desses estudantes com os demais colegas;
- II. Auxiliar o estudante com transtorno do espectro autista na organização de suas atividades escolares;

- III. Auxiliar os estudantes com deficiência ou com transtorno do espectro autista na resolução de tarefas funcionais, ampliando suas habilidades em busca de uma vida independente e autônoma;
- IV. Participar dos momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da escola, tais como: reuniões pedagógicas, colegiado de classe, planejamento, grupos de estudos das unidades educativas, entre outros;
- V. Conduzir o estudante, juntamente com o professor de Educação Física e a turma, para as aulas de Educação Física de modo a envolvê-lo nas atividades coletivas, planejadas pelo professor de Educação Física;
- VI. Trabalhar em parceria e de forma articulada com o professor de sala de aula e o professor da sala multimeios, sem que assuma atividades de Escolarização ou de Atendimento Educacional Especializado;
- VII. Elaborar relatórios sobre o estudante que acompanha, anexando-os às pastas dos estudantes arquivadas nas salas multimeios (FLORIANÓPOLIS, 2014).

Esse profissional tanto em escala estadual quanto municipal exerce função fundamental no auxílio dos alunos com deficiência, este indivíduo pode contribuir com uma escola mais inclusiva. Para contratação desse profissional eles devem ter formação mínima em graduação nos cursos de licenciatura, formação no ensino médio em magistério ou estudante da 5ª fase em diante nos cursos de licenciatura (SANTA CATARINA, 2018).

O segundo professor de turma no âmbito estadual atua dentro de sala de aula juntamente com o professor regente. Do que diz respeito ao município de Florianópolis, a portaria 007/2014 esclarece que o PAEE deverá estar preferencialmente fora de sala de aula, a disposição dos alunos com deficiência ou transtorno do espectro autista, sendo solicitado em sala quando necessário em momentos de alimentação, locomoção e cuidados pessoais. Quando sua permanência em sala de aula se faz obrigatória em função do aluno, ele passa a receber a denominação de professor auxiliar de turma.

Em seu momento de hora atividade essa mesma portaria esclarece que são destinados a estudos, formação continuada, momentos de articulação com o professor da sala multimeios e professor regente. É atribuído também à planejamentos de acompanhamento dos estudantes, visando contribuir com suas necessidades e respeitando seus limites (FLORIANÓPOLIS, 2014).

2.3 ATUAÇÃO DO PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS AULAS EDUCAÇÃO FÍSICA

A atuação do PAEE nas aulas de educação física irá espelhar-se no método de ensino colaborativo. No entanto nem todos os professores são formados na área, o que pode prejudicar o auxílio prestado ao estudante com deficiência nas atividades planejadas pelo professor de ensino regular (RODRIGUES, 2003). O importante nesse aspecto é que haja

espaços dentro do ambiente escolar que possam servir de diálogos entre esses profissionais a fim de solucionar os empecilhos da inclusão.

O apoio proporcionado às aulas de educação física é dado como insuficiente. Pois esses professores auxiliares de educação especial não tem formação na área, sendo assim dificulta o diálogo para que haja contribuições desse profissional na perspectiva de incluir e adaptar as aulas, oportunizando e contribuindo com a inclusão (RODRIGUES, 2003).

Pinto (2016) esclarece que as estratégias do professor de Educação Física e do segundo professor, no sentido do ensino colaborativo, oportuniza um novo ponto de vista de uma proposta interdisciplinar na socialização profissional e na aprendizagem, visto que os pensamentos escolares voltados aos alunos com deficiência irão contribuir com a formação e a intervenção de professores no âmbito escolar. A autora menciona que o profissional que atuará em conjunto de forma colaborativa nas aulas de educação física, salienta que esse indivíduo tenha um pensamento mais reflexivo sobre a disciplina ampliando assim suas ideias sobre a área, de modo a ser um profissional que facilite os conhecimentos para os alunos com deficiência.

A colaboração é essencial nas aulas de educação física, pois os professores dessa disciplina encontram algumas dificuldades, como a falta de informação a respeito dos estudantes com deficiência, ausência de uma formação sobre esse aspecto e também a falta de apoio da equipe escolar. É de suma importância que haja articulação entre esses profissionais a fim de buscar soluções para a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas. O sucesso para que isso aconteça depende da estratégia a ser utilizada, assim como o planejamento das intervenções e como será avaliado (COSTA; FERREIRA; LEITÃO, 2017).

A educação física e o atendimento educacional especializado podem ajudar a efetivar de uma educação de fato inclusiva, à medida que os professores desenvolvam uma postura de colaboração e troca de saberes. Compreende-se ainda que é essencial dar voz e espaço às pessoas que compõem o âmbito escolar, para que possa ocorrer o planejamento de estratégias de intervenção que beneficiem o processo de inclusão escolar (SILVA; SANTOS; FUMES, 2014). Nesse aspecto é possível determinar um repartimento dos contratempos buscando assim soluções e estratégias para o processo de ensino-aprendizagem junto ao aluno na escola.

Conforme Santa Catarina (2016), a Proposta Curricular do Municípios de Florianópolis esclarece que os professores auxiliares/profissionais de apoio nas unidades educativas da Rede só tem sentido se há uma efetiva articulação com profissionais da educação do Ensino Fundamental.

3. METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo de abordagem qualitativa. Esta abordagem foi escolhida pela complexidade que envolve o objeto de estudo, a relação entre o contexto social com o universo de significados a serem pesquisados por meio da linguagem singular e coletiva. O conhecimento científico é uma busca de articulação entre a teoria e a realidade empírica e a abordagem qualitativa permite essa relação (MINAYO; SANCHES,1993).

Conforme Bogdan e Biklen (2006) os dados analisados partiram da abordagem qualitativa, levando em conta toda sua riqueza, enfatizando a qualidade das entidades pesquisadas, dos processos e significados dos fatos pesquisados, os quais não são mensuráveis ou examináveis experimentalmente nos parâmetros de intensidade, soma, quantidade ou frequência, nem reduzidos a dados simbólicos numéricos.

As abordagens qualitativas descritivas submetem o pesquisador a analisar o mundo de uma maneira que extrapole a passividade, com a ideia que nada é banal, que tudo tem potencial, elaborando uma ponte que conceda designar uma compreensão mais esclarecida do objeto de estudo, comparecendo os locais de análise, pois se preocupam com o contexto a ser investigado (BOGDAN; BIKLEN, 2006; MORETTI-PIRES; SANTOS, 2012). Esse estudo também pode ser alicerçado na proposição que os problemas podem ser esclarecidos e as práticas melhoradas por meio da observação, análise e descrição objetiva e completa do fenômeno (THOMAS; NELSON, 2002).

A pesquisa descritiva tem como intuito descrever as características de uma experiência, fenômeno ou população, estabelecendo uma articulação entre as variáveis no objeto de estudo analisado. Variáveis relacionadas à classificação, medida e ou quantidade que podem se alterar mediante o processo realizado (DUARTE, 2013). Segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa é descritiva, visto que parte da descrição para assimilar o objeto. Percorre as causas, a explicação das origens, suas relações, mudanças e demonstra consequências para a vida do ser humano.

O estudo descritivo é caracterizado por estudar e relatar as propriedades ou as associações existentes na comunidade, no grupo ou na realidade pesquisada, controlando a influência do pesquisador sobre o fato pesquisado, explorando descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre (THOMAS; NELSON, 2002; FERRARI et al., 2011).

A pesquisa exploratória propicia um maior conhecimento entre o pesquisador e o tema pesquisado. Neste tipo de pesquisa busca-se a aproximação com o fenômeno, a percepção e a descoberta de ideias do assunto investigado. Relata-se detalhadamente a situação e procura-se descobrir o vínculo em seus elementos e os mais diversos aspectos envolvidos (DUARTE, 2013).

3.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Os participantes do estudo foram cinco professores auxiliares de educação especial que atuam nas escolas da rede municipal de ensino de Florianópolis.

Os critérios de inclusão dos participantes do estudo foram estes profissionais estarem vinculados à escola e estarem presentes durante o tempo da pesquisa em campo, estando dispostos para participar e contribuir com a pesquisa e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE em duas vias de igual.

O critério de exclusão foi a não aceitação de participação na pesquisa, a não assinatura do TCLE e a ausência por motivos diversos.

3.3 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS

A pesquisa foi realizada em três instituições de ensino da rede municipal de Florianópolis, as escolas foram escolhidas pela proximidade e facilidade ao acesso de acordo com o pesquisador por estarem próximas as rotas de casa e universidade. Foi apresentada para a direção e aos professores que participaram da pesquisa uma carta de apresentação, em que estava contida informação sobre o pesquisador e a pesquisa, que para a coleta de dados se fez necessário utilizar o método observação não participante e entrevistas semiestruturadas. Para a participação da pesquisa é de suma importância que as partes pesquisadas assinassem o TCLE, e que a escola em específico a direção precisava estar ciente da pesquisa e autorizar também, assim contribuindo com a coleta de dados do pesquisador.

As aulas observadas foram as de Educação Física que apresentaram em sua turma alunos com deficiência e que contaram com o auxílio do professor auxiliar de educação

especial. A turma que apresentou essas características foi observada por um período de doze aulas, sem a participação do pesquisador. Após as observações os professores auxiliares de educação especial participaram das entrevistas semiestruturadas.

Guerra (2014) aponta que a observação exige um contato face a face do pesquisador com o seu objeto de estudo, o pesquisador deve também utilizar todos os seus sentidos para explorar a realidade a ser investigada. É necessário que os objetos da pesquisa estejam definidos, assim como um roteiro de observação, deixando claramente estabelecido o que será observado. É fundamental definir a regularidade das observações e a extensão do tempo previsto para o processo de coleta de dados. No estudo foi aplicado a observação não participante, em que o pesquisador assume uma postura de simples espectador dos eventos observados ou do cotidiano de um grupo. Ela é indicada quando pesquisador considera que o êxito na coleta de dados depende de sua capacidade de resguardar sua identidade.

Para observação o instrumento utilizado foi o diário de campo DC, as anotações foram feitas em um caderno. Foram anotadas as conversas informais, assim como o comportamento do objeto de estudo, falas e impressões pessoais dos pontos a serem investigados. Neste diário de campo continha também as descrições dos sujeitos, descrição do espaço físico e das atividades feitas pelo sujeito, assim como os relatos dos fatos acontecimentos durante o registro. O pesquisador registrou suas compreensões sendo elas na forma escritas ou gravadas (GUERRA, 2014).

As entrevistas semiestruturadas ocorreram após o período de observação, para isto foi utilizado um gravador de celular. Segundo Manzini (2003) A entrevista semiestruturada sugere a construção de um roteiro com questões orientadoras, complementadas por outras perguntas com características momentâneas à entrevista. Este tipo de entrevista pode trazer informações mais livres e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. O roteiro serve para recolher informações básicas, como um caminho para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o entrevistado.

Para o observador o tema principal tratado nas entrevistas foi a atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física, se há articulação dos professores visando uma educação mais inclusiva, qual a aplicabilidade deste profissional nas aulas e a sua relevância. Foi observado à sua formação, a condução do aluno com deficiência junto com PEF e a turma para o local da atividade, envolvimento nas aulas de educação física e por fim se há compartilhamento do planejamento pedagógico.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Os dados obtidos através do método de observação não participante foram analisados por meio de categorias, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011), essa técnica utiliza procedimentos onde a partir da análise textual ou de um discurso é possível caracterizar e reconstruir significados que permitam identificar e a analisar a realidade da educação especial nas aulas de educação física.

A partir das transcrições das entrevistas semiestruturadas os dados foram analisados por meio da interpretação crítica e reflexiva. Desse modo a análise dos dados seguiu as etapas recomendadas por Minayo (2008):

Ordenação dos dados: leitura do material e organização dos relatos na ordem em que forem obtidos;

Categorização inicial: leitura exaustiva dos registros que permitiram absorver as ideias relevantes e centrais das entrevistas;

Reordenação dos dados empíricos: após categorização dos dados, cada categoria foi agrupada de modo a abranger as categorias mais significativas que consistiram nas categorias temáticas. Estas categorias foram compostas: condução do aluno, envolvimento nas atividades, articulação entre os professores e momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico na escola.

Análise final: os dados coletados foram discutidos, analisados e articulados com a sustentação teórica e com a resposta da questão de pesquisa com base nos objetivos propostos.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da UFSC anexo 1, após seu aceite ela foi enviada a Gerencia de Educação Continuada GEC para aprovação, encaminhamento e autorização para coletar os dados nas instituições de ensinos anexo 2.

Participaram do estudo professores auxiliares de educação especial da rede municipal de ensino de Florianópolis. Os dados foram coletados após a assinatura do TCLE pelos sujeitos da pesquisa. Antes mesmo de enviar a pesquisa ao comitê de ética, o pesquisador foi nas escolas conhecer e apresentar seus interesses através da Carta de Apresentação do Pesquisador APENDICE 2, na qual teve como objetivo apresentar o intuito e as informações da pesquisa, e assim obter a autorização da instituição para a pesquisa APENDICE 3.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PROFESSORES AUXILIARES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: QUEM SÃO?

De acordo com a LBI (2015), o profissional de apoio escolar é a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. Trata-se de um profissional que atua nas instituições de ensino auxiliando os alunos com deficiência e transtorno do espectro autista em suas atividades escolares, que acompanha o aluno e auxilia na eliminação das barreiras que o impedem de incluí-lo no ambiente de aprendizado.

A presente pesquisa contou com cinco PAEE e as formações e período de atuação estão dispostos na tabela abaixo.

Tabela 1. Tempo de atuação e formação dos PAEE

Professores	Tempo de Atuação	Formação	Especialização
PAEE 1	7 anos	Educação Física	Educação Especial
PAEE 2	7 anos	Pedagogia	Educação Especial
PAEE 3	2 anos	Ciências Sociais	Sem Especialização
PAEE 4	2 anos	Cursando 7ª fase de Pedagogia	Sem Especialização
PAEE 5	4 meses	Psicologia	Sem Especialização

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para fins legais da formação desses profissionais, os dispositivos de informação tanto em escala federal quanto municipal não estabelecem normas que impõe especialização para atuar com os estudantes com deficiência e transtornos do espectro autista. Podemos perceber

que as áreas de formação dos profissionais são as mais variadas e também que alguns ainda estão concluindo a sua graduação. Os editais de contratação para as escolas do município de Florianópolis apresentam como formação mínima e pré-requisitos para o PAEE a formação no ensino médio em Magistério; ou Licenciatura em Pedagogia; ou Graduado ou estudante da 5ª fase em diante dos cursos de Licenciaturas (EDITAL 002, 2017).

Desse modo, apesar de as atribuições estarem excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas, esses profissionais exercem na escola um papel fundamental frente à inclusão dos alunos com deficiência ou transtorno do espectro autista. Dessa forma, seria relevante que os órgãos governamentais regularizassem a profissão de modo a contribuir com um profissional mais adequado para lidar com educação inclusiva.

Dentro das diversas áreas que encontramos na atuação dos professores auxiliares de educação especial uma delas é a Educação Física. Os profissionais formados em outras áreas podem agregar outros conhecimentos para dar suporte a esta disciplina. Outro aspecto importante para essa profissão são os cursos de formação continuada, que pode contribuir para exercício da função e também prepará-los para lidar com as situações inesperadas do ambiente escolar (LIMA, SANTOS e SILVA, 2007; RODRIGUES, 2003; SALLES, ARAUJO e FERNANDES, 2015). Apenas dois profissionais com maior tempo de atuação possuem especialização da área de educação especial. Para Chicon (2013) os professores de educação física passam por um desafio de buscar meios para ensinar a todos. Ele questiona também a formação do profissional no sentido de não ter estudado assuntos pertinentes a crianças que apresentam características tão peculiares, problematizando assim a desinformação, o despreparo e a falta de infraestrutura das escolas.

Na pesquisa, dos cinco sujeitos, apenas um é formado nessa área. Em sua entrevista notamos sua envoltura na aula representada pela seguinte fala: *“e a professora deu um circuito e um tinha uns exercícios que tinha que rastejar [...] e ele não queria participar, mas aí eu entrei no lance e comecei a fazer, a rastejar, a entrar, subir a pular e ele fez junto comigo, entendeu”* (PAEE 1).

Ainda, conforme diário de campo pude observar:

“PAEE 1 foi ao ginásio e pegou uma bola de basquete, e começou a jogar/brincar com ele (trocaram alguns passes) [...] PAEE 1 orienta/conversa para o ajudar na realização dos arremessos”

“PAEE 5 volta com alguns bambolês e os coloca-os no lado da quadra onde está aluno com deficiência. Ela monta uma amarelinha, utiliza e ACD 5 senta próximo segura o bambolê com as mãos e fica brincando” (DC 1 e 11)

Ao relacionar a fala e as observações, percebi que há uma facilidade, compreensão e execução da atividade que envolvia o PAEE 1 e o aluno com deficiência, o que pode sugerir que a formação em educação física poderia estar facilitando a participação do aluno com deficiência nas aulas.

Por outro lado, o PAEE 5 ao relatar sua atuação nas aulas de educação física, refere dificuldades, conforme sua fala “*confesso para ti que da área da educação física eu conheço muito pouco [...] fico muito dependendo do material que a professora de educação física traz*” (PAEE 5). Nesse contexto, Rodrigues (2003) afirma que o profissional de apoio que é formado na área de Educação Física tem um trabalho mais facilitado de modo a incluir o aluno com deficiência nas atividades. Em contrapartida, aquele que não tem formação na área pode ser que tenha uma maior dificuldade em auxiliar o aluno a cumprir com os objetivos daquela aula.

Entretanto, o suporte dado aos PEF terá de ser capaz de elaborar críticas que auxiliam o professor regente a refletir e a encontrar soluções para os seus problemas. É relevante que esse apoio seja capaz de analisar com destreza os problemas intrínsecos da educação física. Eles devem aprender como agir e interagir com os alunos com deficiência, apoiando e cooperando uns com os outros, aprimorando e qualificando suas práticas pedagógicas (RODRIGUES, 2003; LIMA E MICHELS, 2017).

Outro PAEE relata sua atuação como:

“a gente tem uma percepção que o papel do professor auxiliar é provisório, ele é essencial, claro que partindo do pressuposto que não vai acontecer exclusão. Ele não vai ficar só com o aluno, ele vai interagir com a turma, ele vai estabelecer relações sociais com a turma, entre os alunos e a criança com deficiência e tal [...] o professor regente ele não consegue, ele não tem braço para dar conta do aluno especial. É importante para fazer essa adaptação, eu vejo assim, o meu papel ali é de integrar, e quando estiver tudo integrado eu saio, porque daí não vai mais precisar.” (PAEE 5)

Sendo assim esse professor entende, conforme a legislação de Florianópolis (2014), que a necessidade de permanência do seu serviço deve ser, periodicamente, avaliada pela unidade educativa e pelos professores das salas multimeios, quanto a sua efetividade e necessidade de continuidade junto aquele aluno que não necessite mais do auxílio.

Outro ponto destacado por um dos entrevistados é a necessidade de uma formação “*os professores auxiliares tem que buscar mesmo uma formação básica em praticamente todas as disciplinas*” (PAEE 1). Lima e Michels (2017) complementam que esse professor deveria ter uma formação específica sobre as deficiências. O professor precisa partir para buscar soluções pedagógicas. A falta de experiência ligada à formação inicial ou continuada, que atinge a

inclusão escolar, contribui para a construção de resistências na instituição escolar como um todo e entre os professores em específico, cujos questionamentos se referem ao modo como devem proceder a fim de atender as demandas desses alunos com necessidades educacionais especiais (DUEK, 2013).

Analisando essas informações, penso que essa formação específica e a formação básica nas disciplinas escolares contribuiriam para auxiliar na diminuição de barreiras perante a inclusão dos alunos, pois como sabemos o ambiente escolar é composto por diferentes deficiências o que acarreta na necessidade dessa formação mais esmiuçada frente à inclusão escolar. Outro ponto importante são os recursos disponíveis na escola para lidar com as situações envolvendo os alunos com deficiência e/ou transtorno do espectro autista, cabendo à instituição recorrer aos órgãos competentes para que haja instrumentos necessários e suficientes para encarar esses fatos mencionados pelos entrevistados.

Os professores auxiliares entrevistados foram observados em aulas de educação física acompanhando/auxiliando os seguintes alunos da educação especial descritos na tabela abaixo:

Tabela 2. Deficiências, idade e período escolar dos alunos observados.

Aluno com Deficiência	Deficiência	Idade	Ano escolar
ACD 1	Deficiência intelectual moderada. E elementos de transtorno do espectro autista	16 anos	9º ano
ACD 2	Deficiência física	8 anos	2º ano
ACD 3	Transtorno do espectro autista. Deficiência visual do tipo baixa visão	14 anos	9º ano
ACD 4	Síndrome de Down	13 anos	7º ano
ACD 5	Transtorno do espectro autista	8 anos	2º ano

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme a tabela, existem alguns tipos de deficiências nas escolas, os diagnósticos podem ser os mais variados possíveis. De modo geral, esses indivíduos vão estar em categorias de deficiências, como: visuais, auditivas, surdocegueira, intelectual, motora-física, múltiplas, transtorno espectro autista e altas habilidades/superdotação. O número desses estudantes no ano de 2018 chegou a 1.022 na rede municipal de ensino de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS; EDUCAÇÃO; ESPECIAL, 2019). Os dados são fundamentais para

compreender o aumento dos alunos com deficiência no ensino regular, e com isso nos faz refletir sobre os profissionais que serão contratados para lidar com essas crianças. No entanto, o que tem demonstrado é que há muita dificuldade para lidar com todas as circunstâncias que os envolvem.

Camilo (2013) salienta que é difícil encontrar auxiliares capacitados para trabalhar com as múltiplas deficiências, e indaga sobre como qualificar essa função que é tão ampla, e ainda refere que é habitual desse profissional procurar cursos com enfoque em apenas uma deficiência. Um reflexo disso pode ser observado na pesquisa, em que dos cinco entrevistados apenas dois deles relataram ter curso de especialização na educação especial.

De acordo com o que foi abordado, podemos visualizar que o PAEE é um profissional de grande importância para uma melhor inclusão e que ele necessita de uma formação especializada onde possa desempenhar um melhor trabalho com as crianças com deficiência e transtorno do espectro autista as visualizando de uma forma holística.

4.2 ATUAÇÃO DO PAEE: RELAÇÃO ENTRE O QUE EU VI E OUVI

Buscando responder aos objetivos da pesquisa, é feita uma relação da atuação do professor auxiliar de educação especial nas aulas de educação física com o que é abordado pela portaria da rede do município de Florianópolis. Os pontos abordados para discussão são os seguintes: condução do estudante para a aula, envolvimento do aluno nas atividades, articulação entre o professor regente e o PAEE e momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da escola.

4.2.1 Conduzir o estudante, juntamente com o professor de Educação Física e a turma, para as aulas de Educação Física

Como primeiro aspecto, foi elencada a condução do aluno para aula de educação física. Nas observações registradas no diário de campo, foi constatado que em alguns casos o aluno com deficiência já estava junto aos demais colegas esperando começar a aula de educação física, em outros, ao buscar a turma na sala o PAEE já acompanhava o aluno e o PEF ao local da aula. Podemos verificar nas observações:

“O ACD 2 já estava com os demais colegas de turma esperando o início da aula de educação física. PAEE 2 chega no início da aula”

“Após o recreio PEF PAEE 1 chegam juntos ao ginásio, aluno já estava esperando - ACD 1”

“PAEE 3 e PEF levam a turma ao local, ACD 5 vai junto”

“Aula inicia sem ACD 4 que chegou atrasado, ficou com PAEE 3 no refeitório. PAEE 3 leva-o para a quadra onde acontece a aula de educação física”
“PEF 4 forma uma fila para eles saírem da sala, todos saem da sala inclusive PAEE 5 com ACD 5”
“Existe fila para saírem da sala e seguirem para o ginásio. Enquanto isso PAEE dialoga com aluno com deficiência para sair da sala. Turma começa a atividade no centro da quadra, onde a PEF entrega os bambolês e eles começam a brincar. Momento que chega PAEE 5 e ACD 5”
“PEF explica a atividade para turma e em sequência pede para forma um fila e ir para quadra. ACD 5 e PAEE 5 já estavam no ginásio”
(DC 2,3,5,6,10,11 e 12)

Conforme Florianópolis (2014), o PAEE deve acompanhar o aluno com deficiência ou transtorno do espectro autista juntamente com professor de educação física para o local da aula. Em nenhum momento das observações foi constatado que os estudantes que necessitam desse auxílio foram sozinhos ao local da aula de educação física. Nesse quesito os profissionais seguiram a determinação da portaria que os orienta para tal função.

Além disso, é importante destacar que em muitas das aulas observadas os alunos com deficiência já se encontravam com sua turma. Este fato é interessante ao se pensar no envolvimento de todos os alunos, sem que haja necessidade do PAEE acompanhar de forma segregada o aluno com deficiência. Por outro lado, em outras aulas, observa-se que o aluno com deficiência e o PAEE já se encontravam no local da aula ou chegaram depois. Esse fato demonstra ainda uma fragmentação e uma diferenciação pré-determinada de uma relação tempo-espço entre o aluno da educação especial e os demais alunos da turma.

4.2.2 Envolver o aluno nas atividades

Neste tópico apresento vários pontos da observação que identificamos o envolvimento do aluno nas aulas de educação física e a atuação dos professores em conjunto. Nesse período foi notado que na maioria das aulas o aluno com deficiência ou com transtorno do espectro autista fica segregado da turma, realizando atividades paralelas, conforme as observações:

“A aula ocorre na parte de fora do ginásio onde tem uma rede de vôlei. Alguns alunos da turma jogam, outros ficam sentados sem fazer qualquer atividade. PAEE e o aluno com deficiência foram para o ginásio”
“PAEE 3 e PEF levam ACD 4 para parte de trás da quadra, que tem um balanço e ACD 4 empurra PAEE 3 que ficou sentado nele, turma na quadra fazendo atividade de queimada”
“ACD 5 fica andando pelo ginásio, PAEE 5 fica distante na lateral da quadra, aluno com deficiência fica correndo, pulando no fundo da quadra. A atividade da turma era de pega-pega, maior parte da turma em meia quadra e o aluno com deficiência na outra”
“Fica andando de um lado para o outro, PEF pede para que entreguem os bambolês e solicita para sentar na roda, ACD 5 fica em um canto e anda pela quadra. Não senta na roda.”

“Enquanto a turma fazia outra atividade uma variação do pega-pega, ACD 5 fica andando pelo ginásio sozinho”
(DC 2, 6, 10, 11 e 12)

Nas atividades desenvolvidas, a relação do aluno com deficiência é praticamente com PAEE, não havendo uma maior interação com os demais colegas ou com professor de educação física. Durante esses momentos de atuação e interação coletiva nas aulas de educação física percebo que não há muitas tentativas de envolver o aluno com deficiência nas atividades.

No decorrer das observações os alunos com deficiência fazem a maior parte das atividades isolados do restante da turma, bem como do professor regente, dessa forma o envolvimento do PAEE parece superficial por aparentemente não existir tentativas e esforços de envolver este aluno durante as atividades. Na maior parte das observações não foi notado tentativa de conduzir o aluno para as atividades coletivas planejadas pelo PEF.

A fim de otimizar esse aprendizado e inclusão, talvez o PEF devesse ter um compromisso maior com esse profissional para aconselhá-lo e ajudá-lo com a atuação dele nas aulas, para que de fato ele contribuísse a incluir o aluno com deficiência nas atividades como também interagir com o restante da turma. Além disso, assumindo a responsabilidade pedagógica que lhe cabe, seria o PEF o professor responsável pelo processo de ensino-aprendizagem deste aluno que deveria ser apoiado e facilitado pelo PAEE.

Durante uma das observações o professor auxiliar de educação especial preparou uma “amarelinha” com bambolês para o aluno que ele acompanha, os demais integrantes da turma encontravam-se no ginásio juntamente do professor de educação física exercendo outra atividade, dessa forma, percebemos mais uma vez a segregação nas atividades coletivas. Para refletir sobre esse aspecto nos debruçamos sobre os aspectos metodológicos da educação física, em que é preciso considerar as características de cada criança, considerando suas potencialidade e aquilo que pode dificultar ou não o envolvimento nas atividades e desenvolver com eles aquilo que eles conseguem fazer juntamente com os demais alunos, ou seja, adaptar os exercícios. No entanto, novamente aqui recaímos sobre o comprometimento do PEF no olhar para esse processo.

Em outro envolvimento do aluno durante a aula de educação física foi relatado em diário de campo:

“Sentam em um círculo no centro da quadra, aluno com deficiência fica junto aos demais. PAEE 2 auxilia, conduz para a execução da atividade. Professor de educação física procura fazer com que o aluno participe da atividade. (rei da rua)”
(DC 2)”

Nessa passagem, o professor auxiliar acompanhou o aluno, mas quem buscou incluí-lo na atividade foi o professor de educação física. Esta prática é a desejada e considerada adequada. Como relatado, o PAEE conduziu o aluno de modo a envolvê-lo na atividade, dessa maneira, nesse momento todos estavam compartilhando das mesmas relações espaciais.

Em outras ocasiões do diário de campo a participação do professor auxiliar de educação especial envolvendo o aluno na aula foi notada da seguinte forma:

“PAEE 3 e professor de educação física levam ACD 4 para parte de trás da quadra, que tem um balanço e ACD 4 empurra PAEE 3 que ficou sentado nele [...] Demais alunos fazem outra atividade”

“Atividade em sala, alunos receberam uma folha para pintar/desenhar [...] PAEE 5 pega o desenho na mesa da professora e leva ao aluno com deficiência no fundo da sala [...] Ele não faz a atividade solicitada”

“PEF informou que aluno com deficiência ficou na sala dormindo”

“professor leva os alunos para quadra, PAEE 5 e ACD 5 ficam na sala, ele fica deitado dormindo”

“Alunos sentam no círculo central, ACD 5 fica andando pelo ginásio, PAEE 5 fica distante na lateral da quadra” (DC 6,7,8 e 11).

Nesses aspectos os PAEE estão presentes junto ao aluno com deficiência, no entanto não de forma a envolver o aluno na atividade proposta pelo professor regente, de acordo com minha percepção o profissional está na quadra/aula de educação física mais como um cuidador da criança, de modo que eles poderiam estar proporcionando momentos de interação e/ou contribuindo, tentando fazer com que a criança participe das atividades dessa disciplina.

O fato mencionado de o aluno estar dormindo, os professores relataram que isso ocorre quando eles trocam os horários de suas medicações, isso às vezes acaba afetando no período que o aluno se encontra em sala de aula. Outro aspecto relevante foi que no período oposto da escola, os alunos frequentam outros ambientes, como fisioterapia, natação, APAE entre outros. O que a meu ver acarreta em um cansaço corporal e mental, afetando assim seu desempenho no horário escolar, sendo necessário rever essas atividades paralelas a escola para que não ocasione um prejuízo ao seu aprendizado no ambiente escolar.

As atividades em conjunto foi uma minoria e por pouco tempo, em uma das observações, por exemplo, o PEF procura fazer com que o aluno participe da atividade (rei da rua), ela o coloca como o pegador, mas logo se ausenta da atividade. Gorgatti (2008) diz que as crianças que conseguem participar das aulas de educação física são preteridas a tarefas/atividades simultâneas, pois a turma faz atividades distintas da pessoa com deficiência.

Além da segregação da turma em alguns casos observados o aluno com deficiência ou com transtorno do espectro autista é observado sozinho dos demais alunos.

“Ele traz a bola de basquete para área externa. Ele ficou alguns minutos sozinho, vai ao ginásio volta, parece procurar algo”

“ACD 1 ficou sentado sozinho no centro na quadra”

“ACD 5 fica andando pelo ginásio sozinho”
(DC 2,3 e 12)

Esse isolamento por parte dos alunos com deficiência pode estar relacionado pela sua especificidade ou pela participação limitada nas aulas, mas também pode estar ligada à negligência, rejeição ou fato de ser alvo de curiosidade pelos seus amigos de turma. Esses acontecimentos podem estar associados às suas interações reduzidas com seus colegas e como consequência podem acarretar na exclusão desses indivíduos (ALVES; DUARTE, 2014).

Um facilitador destacado por Salerno (2009) para superar a segregação e o isolamento nas aulas de educação física está associado às atitudes dos professores, sendo que eles poderiam intervir de forma a incentivar a interação dos alunos como um todo, elaborando aulas que possibilitem o envolvimento das crianças com e sem deficiências, contribuindo assim para uma prática mais inclusiva.

A fim de buscar soluções, Mantoan et al. (2010) atribui em suas pesquisas que a escola numa perspectiva inclusiva, em sua parte pedagógica deve ter como lema o questionamento, contrapor-se, colocar-se em dúvida, construir e reconstruir suas práticas. Essa exclusão é mantida por não contestarem seus processos de ensino e aprendizagem, isso se mantém a medida que estes são direcionados para ambientes à parte ou como visto segregados ao restante da turma.

Entender a inclusão/exclusão no cenário da educação física escolar no mesmo espaço e tempo, com crianças que exprimem as mais diferentes formas de habilidades, capacidades, comportamentos e histórias de vida, tem deixado a equipe educacional desorientada (CHICON, 2013). O autor propõe:

que a Educação Física deve respeitar a diversidade humana em qualquer de suas expressões: gênero, biotipo, cor, raça, deficiência, etnia, sexualidade, aceitando e elegendo as diferenças individuais como fator de enriquecimento cultural. Desse modo, será possibilitada a todas as crianças da escola maior oportunidade de aprendizagem, interação com seu meio sociocultural e uma convivência positiva e rica entre todos os alunos (CHICON,2013).

Nesse sentido compreendo que para construir uma sociedade escolar mais inclusiva é preciso valorizar os conteúdos e método sobre as diversidades humana. Um obstáculo para os sistemas educacionais é organizar projetos pedagógicos que proporcionem a educação de todas as crianças um meio de combater a exclusão, o reconhecimento da mesma, seja ela qual for, é fundamental mobilizarmos em prol da inclusão na sociedade, comunidade, família e escola (SÁNCHEZ, 2005).

Podemos perceber que os professores estão diretamente relacionados ao processo de inclusão nos alunos com deficiência ou TEA nas aulas de educação física. Entretanto os professores têm dificuldades de envolver o aluno nas atividades coletivas, ou quando conseguem o aluno fica por pouco tempo. Em alguns casos o aluno fica a parte dos exercícios, fazendo outras atividades diferenciadas da turma, cabe aqui aos professores estarem atuando, pensando, construindo e reconstruindo suas práticas. Saliento ainda que a unidade educativa de maneira geral pode estar mais presentes nesses momentos, tendo um olhar mais cauteloso com os professores, contribuindo com o processo de ensino de todos os alunos.

4.2.3 Articulação do professor regente e o PAEE

A pesquisa aponta que a interação dos professores é essencial para qualificar o envolvimento do aluno com deficiência ou transtorno do espectro autista nas atividades de educação física. No diário de campo foi constatado que esses profissionais, em alguns momentos, interagem e conversam durante as aulas. O teor dessa conversa não foi explicitado durante a entrevista:

“PAEE e PEF conversam em uma roda com alguns alunos. Aluno com deficiência fica andando de um lado para outro”
“Professores permanecem próximos a ACD 2 e conversam”
“ACD 2 fica sentado, professores ficam próximas e conversam”
(DC 2 e 3)

Suponho que essas relações/envolvimentos entre esses profissionais são essenciais para a execução e envolvimento dos alunos nas aulas de educação física. No entanto, esses momentos de diálogos são insuficientes levando em consideração a importância do fato estudado. Das doze aulas observadas, somente foram registrados três momentos em duas aulas de diálogo entre os professores. Ao se pensar em todo o tempo de aula observado, o diálogo pareceu algo raro e não valorizado.

Segundo Martins (2011), as funções menos desempenhadas pelos professores de apoio são aquelas voltadas para o aspecto pedagógico, contribuição no desenvolvimento do planejamento das atividades para os sujeitos da educação especial. O autor menciona ainda que a adaptação das atividades é feita durante a execução das mesmas, sendo necessário os profissionais se comunicarem para fazer as devidas alterações nas atividades.

Com intuito de verificar essa conversa/articulação desses profissionais nas aulas de educação física, nas entrevistas averiguou-se que:

o que eu percebo às vezes nas unidades é que é feito um planejamento e nessa hora a gente não tá junto [...] aí na hora que vão colocar em prática esse planejamento, é

*lá na hora da aula, na hora que a atividade já tá rolando. E é óbvio que às vezes aquela criança ela não é contemplada (PAEE 3).
Na educação física [...] não sei se pelo tempo, mas eu não era muito a par do planejamento (PAEE 4).*

Compreendo assim que os PAEE não tem um reconhecimento prévio das atividades a serem exercidas na aula. Um dos entrevistados complementa que “*durante a aula ela vai conduzindo as tarefas e a gente conversa junto*” enquanto outro PAEE expõe: “*a gente conversa na aula*”. Apesar dos momentos de diálogo durante as aulas serem incentivados e importantes, as falas dos PAEE enfatizam que esses profissionais são deixados a par do planejamento da aula, deixando para na hora da aula pensar em alguma adaptação, o que ao meu modo de ver diminui drasticamente uma adaptação de qualidade, sem pensar em estratégias para incluir/envolver os alunos com deficiência ou TEA nas aulas de educação física.

Percebo que esses momentos de conversas/articulações podem encaixar como ensino colaborativo, no qual a troca de saberes entre os profissionais é fundamental para superar os obstáculos do dia-a-dia e buscar soluções como, por exemplo: planejamento de estratégias de intervenção como também a reflexão sobre as aulas. É necessário que as instituições de ensino deem suporte e ofereçam todo o auxílio a esses professores (COSTA; FERREIRA; LEITÃO, 2017; PINTO, 2016; RODRIGUES, 2003; SILVA; SANTOS; FUMES, 2014).

Conforme estudo de Maciel (2007), o professor de apoio deve permanecer e colaborar com a turma na execução das atividades. Além disso, ele também participa do planejamento com os professores de turma, observando as necessidades individuais dos alunos e prevendo os recursos necessários. O autor contribui afirmando que este profissional é fundamental no processo de educação inclusiva, e que sua intervenção seja incluída no planejamento global e não se reduza em ocasiões específicas. Com isso, ele proporciona aos alunos com deficiência as mesmas possibilidades de conhecimento respeitando as singularidades de cada indivíduo.

Os dados obtidos nos levam a pensar que a articulação desses profissionais é essencial para que haja uma melhora no desenvolvimento da aula de todos os estudantes. No entanto, esse fato foi pouco presenciado nas observações, e quando indagados sobre isso, os participantes da pesquisa nos revelam que é mais no momento da aula mesmo que eles vão se articulando/elaborando estratégias rápidas para o envolvimento do aluno. É relevante que esses profissionais junto ao apoio da escola, promova modificações no planejamento para que possa atender todas as crianças sem precisar fazer adaptações todas as aulas.

4.2.4 Momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da escola

Conforme Florianópolis (2014), é atribuído a esse profissional participar dos momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da escola, como: reuniões pedagógicas, colegiado de classe, planejamento, grupos de estudos das unidades educativas, entre outros. No período de observação, em duas aulas os alunos não foram para escola e em uma não teve aula de educação física devido a uma reunião de planejamento coletivo:

“Neste dia o ACD 1 não foi para a escola”

“Dia chuvoso, aluno não compareceu a aula”

“PEF informou que aluno com deficiência ficou na sala dormindo”

“professor leva os alunos para quadra, PAEE 5 e ACD 5 ficam na sala, ele fica deitado dormindo”

“Professora de educação física informou que hoje ela não iria dar aula porque estaria em reunião de planejamento coletivo da turma”

(DC 1,4,7,8 e 9)

Quando ocorre a situação do aluno faltar, um dos entrevistados nos relatou que *“quando o aluno falta, nós normalmente, fazemos um revezamento, no caso, se o aluno faltou nós vamos auxiliar outro aluno”* (PAEE 1). Complementando esse quadro outro entrevistado expressa que *“primeiro a gente vai atender outro aluno né, especial, se não tiver nenhum, daí a gente fica lendo, fazendo um planejamento, fica aqui, não pode sair, entendeu”* (PAEE 3).

Compreendendo assim que o PAEE deve estar sempre preparado caso o aluno que o acompanhe não compareça a escola, sendo remanejado para outro aluno que necessite do auxílio ou se atualizando com leituras, lendo planejamentos de aulas futuras e organizando as mesmas com possíveis adaptações. Acarretando um tempo a mais para sua hora atividade no qual ele deve se preparar, estudar, participar de cursos para uma formação continuada, momento esse que possa estar articulando-se com os professores regentes, contribuindo para de fato incluir os alunos de modo mais efetivo (FLORIANÓPOLIS, 2014).

O professor precisa de um suporte, de uma escuta diferenciada sobre seu trabalho, é essencial que a escola contribua com um olhar sobre a perspectiva do professor (MACIEL, 2007). Quando relacionado ao suporte da escola, um dos entrevistados relatou que sente mais dificuldade *“questão da falta de infra estrutura [...] falta de recurso, de materiais, falta de área de lazer desenvolvida para essas crianças em especial né, para as crianças especiais”* (PAEE 3). Nesse sentido, a escola deve proporcionar ambientes e materiais favoráveis para que esse profissional construa e contribua com a prática inclusiva.

De todas as observações feitas, em apenas um momento ambos os profissionais estavam em uma reunião de planejamento coletivo da turma. Na entrevista, o PAEE 5 relatou

que nessa reunião “*a gente comentou sobre a organização do grupo, é claro que inclusive eu acabei fazendo isso [...] falar como lidava com a turma, o que funcionava o que não funcionava*”. Nesse sentido, é importante que os professores estejam presentes nesses momentos a fim de qualificar o planejamento coletivo daquela turma, e todos os envolvidos devem participar e agregar nessa construção.

Um dos entrevistados PAEE 3 nos relatou que “*é feito um planejamento e nessa hora a gente não tá junto*” outra fala um dos PAEE 4 diz “*eu não era muito a par do planejamento*”. Nesses momentos percebo que nem todos os professores auxiliares de educação especial estão a par do par do planejamento do PEF e que com isso não há uma dificuldade na organização do trabalho coletivo em prol do aluno com deficiência e a turma.

Presumo ser interessante que os PAEE participem dos momentos de reuniões pedagógicas e colegiado de classe expondo sua opinião e contribuindo com a inclusão desses alunos. No entanto nem todos estão nessas ocasiões de diálogos e construção da organização de ensino. Acredito que deva haver meios de programação para que todos da unidade educativa estejam presentes nesses momentos tão essenciais para elaboração de um planejamento de contemple todos os estudantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos neste estudo podem gerar algumas reflexões sobre a atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física a fim de auxiliar a inclusão os alunos com deficiência ou transtorno do espectro autista de uma maneira mais efetiva nas aulas.

Sobre a formação desses profissionais, observou-se que há uma heterogeneidade em relação aos cursos de formação inicial e que apenas dois dos entrevistados possuem especialização em educação especial. Apesar de não haver exigências legais de formação continuada acredita-se que essa capacitação favoreça sua atuação. Além disso, por meio das observações e entrevistas, pôde-se visualizar que aquele com formação inicial em educação física tem sua atuação facilitada no apoio do aluno nas aulas de educação física, bem como, aqueles que não possuem formação inicial para tal relatam maior dependência do professor de educação física para o auxílio nas atividades propostas.

De maneira geral, os PAEE estiveram sempre presentes e disponíveis para acompanhar e estar junto com o aluno da educação especial nas aulas de educação física. Esses alunos estiveram presente em 60% das aulas observadas e a presença na aula foi, via de regra, facilitada pela condução do aluno pelo PAEE.

Uma das dificuldades observadas para a participação do aluno com deficiência nas aulas de educação física diz respeito a função dos PAEE de envolver o aluno na execução nas atividades propostas, que no estudo foi notada timidamente ou de forma segregada a turma. Durante as aulas observadas, em apenas um único momento notou-se o aluno com deficiência junto com os demais colegas na aula de educação física, no entanto foi por pouco tempo. Ele em sua maioria faz atividades distintas/paralelas do restante da turma, acompanhados ou não de seus professores auxiliares, não sendo observadas tentativas de inserção destes alunos nas atividades propostas para toda turma.

Também não foram observados esforços por parte do professor de educação física para facilitar o trabalho do PAEE em relação ao aluno com deficiência, demonstrando que o PEF se atenta mais com a turma devido à quantidade de alunos, e deixa nas mãos do PAEE a

responsabilidade de envolver o aluno com deficiência na atividade, seja ela em conjunto ou segregada, sem dar a atenção necessária para esses indivíduos. Penso que a relação entre eles deva ser mais constante nas aulas de educação física integrando a turma de maneira mais eficaz.

Os professores (PAEE e PEF) não possuem uma comunicação com intuito de pensar ou planejar o envolvimento do aluno com deficiência, esse ponto fica abaixo do esperado para a participação deste indivíduo na aula de educação física. Dessa forma, é relevante esses profissionais estarem lado a lado para construir um planejamento que englobe todos os alunos e já incluso nele as supostas adaptações.

A articulação e a colaboração entre esses sujeitos são fundamentais para qualificar o ensino dos estudantes como um todo, não só daqueles que necessitam de auxílio. É fundamental que esses profissionais tenham uma participação mais assídua nos momentos de planejamento e organização coletiva da escola. Penso também que a escola deva fazer um trabalho de conscientização com esses profissionais com intuito de interagir todos os alunos. Reforço que esse planejamento já deva estar elaborado com atividades que o aluno com deficiência possa participar, ou até mesmo que o professor auxiliar consiga desempenhar um papel de envolvê-lo nas atividades não sendo necessário que em toda aula tenha que adaptar as atividades para esse aluno.

Por fim, apesar dos pontos destacados em relação a atuação do professor auxiliar de educação especial nas aulas de educação física, reconhece-se que esta atuação e o sucesso para a inclusão do aluno com deficiência deriva-se de um processo complexo de articulação e apoio de todos os atores sociais da comunidade escolar e também de órgãos que ocupam esferas superiores quando pensa-se em políticas públicas e conscientização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juliana Buosi de; COFFANI, Márcia da Silva Cristina Rodrigues. Educação física escolar: reflexões e perspectivas em relação à inclusão do aluno com deficiência física. **Revista de Educação Puc - Campinas**, Campinas, v. 5, n. 28, p.55-67, jun. 2010

ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A ESCOLA**. Brasília: Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, 2004. 30 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Brasil: Edições 70, 2011. 280 p.

BEZERRA, Alex Fabiano Santos. **ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO INCLUSIVO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**. 2010. 108 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós- Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista – Unesp, Marília, 2010.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Maria Salete Fábio Aranha. Secretaria de Educação Especial / Ministério da Educação (Org.). **Programa de Educação Inclusiva: Direito à diversidade**. Brasília, 2004. v. 3.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência: Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL (Estado). Lei nº 17.143, de 15 de maio de 2017. **Segundo Professor de Turma nas Salas de Aula das Escolas de Educação Básica Que Integram O Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina**. Florianópolis, SC. 2017

CAMILO, Camila. **Inclusão: o espaço dos auxiliares**. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1692/inclusao-o-espaco-dos-auxiliares>>. Acesso em: 01 ago. 2013.

CAPELLINI, L. M. F. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

CARDOSO, Laiara Cristina. **A precarização do trabalho de professores que atuam na política de educação especial**. 2014. 86 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CARVALHO, Maria Celeste Neves de. **Professores de apoio educativo: mediadores? como? quando?**. 2009. Tese de Doutorado.

CHICON, José Francisco (Org.). Compreendendo a in/exclusão no contexto da educação física escolar. In: CHICON, José Francisco; RODRIGUES, Graciele Massoli (Org.). **Educação Física e os desafios da inclusão**. Vitória: Edufes, 2013. p. 66-103.

COSTA, Camila Rodrigues. **Análise de princípios para o trabalho colaborativo: um estudo com professores de educação física e do atendimento educacional especializado**. 2017. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

COSTA, Camila Rodrigues; FERREIRA, Mariana Oliveira; LEITÃO, Marcelo Crepaldi. Aulas de educação física: inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. *Educação Online*, [S.I], n.26, p. 80-96, dec.2017. ISSN 1809-3760

COSTA, Camila Rodrigues; KIRAKOSYAN, Lyusyena; SEABRA JUNIOR, Manoel Osmar. Trabalho colaborativo entre o professor do ensino comum na interface educação física e atendimento educacional especializado. **Revista Educação Online**, Marília, v. 1, n. 21, p.151-185, abr. 2016

COSTA, Vanderlei Balbino. Inclusão escolar na educação física: reflexões acerca da formação docente. Motriz. **Revista de Educação Física. Unesp**, [s.l.], p.125-145, out. 2010. UNESP - Universidade Estadual Paulista. DOI: <http://dx.doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n4p889>.

DINIZ, Rakel Pereira; VIANA, Fabiana Cury. A educação física como método inclusivo para crianças com necessidades especiais. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 1. Vol. 9. pp. 235-253, outubro / novembro de 2016. ISSN. 2448-0959

DUARTE, V.M.N. **Pesquisas: Exploratória, Descritiva e Explicativa: Normas ABNT - Brasil Escola**. 2013. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/regras-abnt/pesquisas-exploratoria-descritiva-explicativa.htm>>. Acesso em: 20 de maio 2018.

DUEK, Viviane Preichardt. **Ser Professor na escola inclusiva: questões e reflexões**. Curitiba: Crv, 2013. 122 p.

FERRARI, E. et al. Pesquisa Descritiva. In: SANTOS, S. G. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à Educação física**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2011. p. 81-92.

FLORES, Maria Marta Lopes. **Professores de apoio**. 2013. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/MariaMartaLopesFlores-ComunicacaoOral-int.pdf> . Acesso em: 10 de maio de 2018.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 007, de 2014**. Estabelece diretrizes para a contratação de professor auxiliar de educação especial na rede municipal de ensino de Florianópolis. Florianópolis, 21 jan. 2014.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Política da Educação Especial**. 2016. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=politica+da+educacao+especial&menu=14>. Acesso em 10 de maio 2018.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal de; EDUCAÇÃO, Secretaria Municipal de; ESPECIAL, Gerência de Projetos Inovadores/educação. **NÚMERO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA POR NÍVEL DE ENSINO - Dados Outubro 2018**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/07_11_2018_8.31.23.0280ef7777193849345036a0a75de2b0.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

FREITAS, Adriana de Oliveira. **Atuação do Professor de Apoio à Inclusão e os Indicadores de Ensino Colaborativo em Goiás**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Campus de Catalão, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2013.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014. 47 p.

LIMA, Natalia Silveira; MICHELS, Lísia Regina Ferreira. **Inclusão Escolar:: O trabalho do segundo professor, na perspectiva da educação inclusiva. Formação de Professores: contextos, sentidos e práticas**, Chapecó, Sc, p.1-17, 2017. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25117_12195.pdf>. Acesso em: 07 maio 2019.

LIMA, Lana Ferreira de; SANTOS, Cristiane da Silva; SILVA, Roseane Patrícia de Souza e. O profissional da educação física e a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. **Poiésis Pedagógica**, Goiás, v. 6, n. 1, p.125-145, jan. 2007.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. **Brasília: Ministério da Educação**, v. 1, 2010.

MACIEL, Rosângela Von Mühlen. **Educação Inclusiva: um estudo a partir de uma proposta inclusiva alemã** [manuscrito]. Porto Alegre, 2007. 135 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2007.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25.

MARTINS, Silvia Maria. **O Profissional de Apoio na Rede Regular de Ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial**. Florianópolis, 2011. 168 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2011.

MENDES, Eniceia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; TOYODA, Cristina Yoshie. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 41, n. 0, p.81-93, set. 2011.

MENDES, Rita de Cassia Cardoso. **A Formação Do Professor Alfabetizador De Crianças Com Deficiência Na Rede Pública Estadual De Ensino De Santa Catarina**. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão – Sc, 2017.

MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Pública [online]. 1993, vol.9, n.3, pp. 237-248. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 20 de maio 2018.

MORETI-PIRES, R. O.; SANTOS, S. G. Sobre pesquisa qualitativa. In: SANTOS, S. G. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa aplicada à Educação Física**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012. p. 15-28.

OLIVEIRA, Valéria Manna. **Ensino colaborativo e educação física: contribuições à inclusão escolar**. 2016. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016

OLIVEIRA, P. S.; SILVA, M. T. **Educação física e educação especial: a relação de parceria entre professores que trabalham no modelo de ensino colaborativo**. In: Congresso Norte – Paranaense De Educação Física Escolar, 7.Congresso Nacional De Formação De Professores De Educação Física, 2., 2015

PINTO, Marília Garcia. **Ensino Colaborativo: uma estratégia pedagógica para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física**. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação Física, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PIZZOLO, Tuani Zanoni. **O desafio da inclusão escolar nas escolas estaduais do município de nova vенеza-sc: olhares dos professores de educação física**. 2015. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Educação Física, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Nova Veneza, 2015.

RODRIGUES, David. A Educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Revista da Educação Física da UEM**, Maringá, v.14, n.1, p.67-73, 2003.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial Universidade Federal do Ceará, 2010. 52 p.

SANTA CATARINA (Estado). Lei nº 17.143, de 15 de maio de 2017. **Segundo professor de turma nas salas de aula das Escolas de Educação Básica que integram o Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina**. Santa Catarina, SC, 31 maio 2017.

SANTA CATARIA. SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO. (Org.). **Educação Especial**. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/etapas-e-modalidades-de-ensino/16997-educacao-especial>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

SANTA CATARIA. Secretaria Municipal de Educação. Secretaria Municipal da Administração. **Processo Seletivo de Substitutos - EDITAL Nº 004/2018**. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=processo+seletivo+para+substitutos>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

SANTA CATARIA. Ana Regina Ferreira de Barcelos. Prefeitura de Florianópolis (Org.). **PROPOSTA CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS**. 2016. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=proposta+curricular&menu=10&submenuid=253>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SALLES, William das Neves; ARAUJO, Dorival; FERNANDES, Luciano Lazzaris. Inclusão de alunos com deficiência na escola: percepção de professores de educação física. **Conexões**, Campinas, v. 13, n. 4, p.1-21, 29 dez. 2015. Universidade Estadual de Campinas. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/conex.v13i4.8643430>.

SALVADOR, Beatriz Spricigo. **A inclusão escolar nas aulas de educação física: dificuldades dos professores**. 2015.

SALERNO, Marina Brasiliano et al. **Interação entre alunos com e sem deficiência na educação física escolar: validação de instrumento**. 2009.

SILVA, Franci Kelle Rodrigues; SANTOS, Darllanea Nascimento dos; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. Os Professores de Educação Física Escolar e o Atendimento Educacional Especializado nas Escolas Públicas. **Educação Física e O Atendimento Educacional Especializado**, Alagoas, v. 15, n. 2, p.31-36, dez. 2014

SOUZA, Camila Fidélis de. **A Inserção do Aluno com Deficiência: Função Social da Escola**. 2016. 34 f. TCC (Graduação) - Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola Vinculado Ao Instituto de Estudos de Gênero, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Laguna, 2016.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa e atividade física**. 3. ed. São Paulo, 2002.

TRIVIÑOS, A.N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

APENDICES

APENDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE DESPORTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO “ATUAÇÃO DOS PROFESSORES AUXILIARES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa **“ATUAÇÃO DOS PROFESSORES AUXILIARES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA”**, realizada na cidade de Florianópolis-SC. O objetivo da pesquisa será compreender como ocorre a atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física.

A sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: A primeira parte consiste no pesquisador observar de forma não participante de cinco aulas de educação física, que apresente o professor auxiliar de educação especial, o intuito dessa observação busca a compreensão das funções exercidas por esse profissional nas aulas de educação física.

Após as observações será feita uma entrevista semi-estruturada com os sujeitos da pesquisa, sendo eles o professor auxiliar de educação especial e o professor regente de Educação Física.

A entrevista visa compreender a percepção dos entrevistados sobre a atuação deste profissional nas aulas de Educação Física e na instituição, qual é a sua relevância para as aulas e qual a sua contribuição para uma educação mais inclusiva. Estas entrevistas serão realizadas em dias previamente agendados junto aos participantes. O local da coleta de dados será na instituição de ensino desses profissionais.

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Porém, acrescentamos que, apesar dos esforços e das providências necessárias tomadas pelos pesquisadores, sempre existe a remota possibilidade de quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional, mesmo assim redobramos os cuidados para que isto não aconteça. Nos resultados deste trabalho o seu nome não será revelado, ou qualquer informação relacionada à sua privacidade. Informamos que os resultados poderão ser apresentados em eventos ou periódicos científicos, garantindo-lhe o direito ao anonimato e resguardo de sua privacidade.

Os benefícios esperados com esta pesquisa é a obtenção de dados sobre a atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física. As informações obtidas poderão servir para os indivíduos pesquisados refletir sobre suas práticas, assim como a instituição ter um olhar mais cauteloso sobre esse profissional. Este estudo não apresenta riscos de natureza física a você, no entanto, existe a possibilidade de mobilização emocional relacionada ao tema, como por exemplo, sentir-se desconfortável com as observações ou a entrevista. Contudo, estamos dispostas a ouvi-lo(a), interromper a entrevista, retornando a coletar os dados sob a sua anuência, tão logo você esteja à vontade para continuá-la ou desistir.

Informamos que os senhores não pagarão nem serão remunerados por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, inclusive no que se refere ao transporte para as avaliações quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação na pesquisa. Igualmente, garantimos a você o direito a indenização, caso ocorra qualquer dano vinculados à participação neste estudo.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode nos contactar (Pesquisador responsável: BRUNA BARBOZA SERON, Rua Deputado Antônio Edu Vieira,

1422 apto. 627, Bloco II, Pantanal, Santa Catarina, Telefones: 48 – 99489911, email: bruna.seron@ufsc.br) ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEPSH-UFSC) informa que localiza-se no Prédio Reitoria II, 4º andar, sala 401, localizado na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Trindade, Florianópolis. Telefone para contato: 3721-6094. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Prof. Dra Bruna Barboza Seron

Pesquisadora responsável

Nesses termos e considerando-me livre e esclarecido (a) sobre a natureza e objetivo do estudo proposto, consinto minha participação voluntária

Nome por extenso: _____

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

APENDICE 2 - CARTA DE APRESENTAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Florianópolis, dede 2018

À Direção,

Por meio desta apresentamos o acadêmico **WILLIAN ROBERTO DE SOUZA**, do Curso de Licenciatura em Educação Física, devidamente matriculado na Universidade Federal de Santa Catarina, que está realizando a pesquisa intitulada “Atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física.” sob orientação da Profa. Dra. Bruna Barboza Seron. O objetivo do estudo visa compreender a função dos professores auxiliares de educação especial e analisar as percepções dos professores auxiliares de educação especial e dos professores regentes de Educação Física sobre a(s) função(s) exercidas por este profissional.

Na oportunidade, solicitamos autorização ao acesso à escola _____, para realizarmos a pesquisa com os professores auxiliares de educação especial e os professores de Educação Física da instituição através da coleta de

dados, por meio da observação não participante e entrevistas semi-estruturadas, assegurando a preservação da identidade dos envolvidos, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que deverá ser assinado pelos possíveis participantes.

A pesquisa será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEPSH-UFSC), gostaríamos de iniciar a coleta para obtenção dos dados e cumprimento do cronograma. Assim que estiver aprovado pelo comitê de ética os órgãos responsáveis serão devidamente informados.

Agradecemos a sua compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento acadêmico e profissional do estudante. Em caso de dúvida, você pode entrar em contato pelo e-mail souzawillianr@hotmail.com ou pelo telefone (48) 98445-9303 (Willian Roberto de Souza).

APENDICE 3 - AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Autorização de pesquisa

Declaro para os devidos fins e efeitos legais, como representante legal da Instituição, tomei conhecimento do projeto: **Atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física., do aluno WILLIAN ROBERTO DE SOUZA** e cumprirei os termos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares, e como esta instituição tem condição para o desenvolvimento deste projeto, autorizo a sua execução nos termos propostos.

Florianópolis, __/ __/ ____

Nome e Cargo (Carimbo)

ANEXOS

ANEXO 1 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ATUAÇÃO DOS PROFESSORES AUXILIARES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Pesquisador: Bruna Barboza Seron

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 99224818.8.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.985.954

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um TCC vinculado ao curso de Graduação em Educação Física, orientado por Bruna Barboza Seron. Trata-se de um estudo exploratório descritivo de abordagem qualitativa. Os participantes do estudo serão três professores auxiliares de educação especial, e três professores do ensino regular de educação física. O local escolhido para a pesquisa será três instituições de ensino da rede municipal de Florianópolis, as escolas serão escolhidas pela proximidade e facilidade ao acesso de acordo com o pesquisador. Para a coleta de dados será utilizado o método observação não participante e entrevistas semi-estruturadas. Serão observadas cinco aulas de Educação Física em cada uma das três instituições que apresentarem em sua turma alunos com deficiência e que contam com o auxílio do professor auxiliar de educação especial. A turma que apresentar essas características será observada por um período de cinco aulas, sem participação do pesquisador. Após as observações os professores regentes (Professor de Educação Física) e Professor Auxiliar De Educação Especial participarão das entrevistas semi-estruturadas. Para análise dos dados será utilizado o método de análise de conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender a atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vítor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 2.985.954

Objetivo Secundário:

Conhecer a formação do professor auxiliar de educação especial. Compreender as funções dos professores auxiliares de educação especial na escola. Compreender como os professores de educação física e professores auxiliares de educação especial se articulam.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Este estudo não apresenta riscos de natureza física a você, no entanto, existe a possibilidade de mobilização emocional relacionada ao tema, como por exemplo, sentir-se desconfortável com as observações ou a entrevista. Contudo, estamos dispostas a ouvi-lo(a), interromper a entrevista, retornando a coletar os dados sob a sua anuência, tão logo você esteja à vontade para continuá-la ou desistir.

Benefícios:

Os benefícios esperados com esta pesquisa é a obtenção de dados sobre a atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física. As informações obtidas poderão servir para os indivíduos pesquisados refletir sobre suas práticas, assim como a instituição ter um olhar mais cauteloso sobre esse profissional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta pertinência, fundamentação bibliográfica, clareza em seus objetivos e potencial para contribuir com a linha de pesquisa que se encaixa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos e documentos apresentados adequadamente.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pendência apontada no parecer anterior foi sanada.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vítor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 2.985.954

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1218622.pdf	02/10/2018 13:21:06		Aceito
Outros	CARTA.docx	02/10/2018 13:20:32	Bruna Barboza Seron	Aceito
Outros	roteiroentrevista.docx	02/10/2018 13:04:51	Bruna Barboza Seron	Aceito
Folha de Rosto	Digitalizado_09182018_023537.pdf	18/09/2018 14:46:47	Bruna Barboza Seron	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	13/09/2018 16:55:22	Bruna Barboza Seron	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_TCC_Willian_Roberto_de_Souza.docx	13/09/2018 16:55:02	Bruna Barboza Seron	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DA_PESQUISA.docx	13/09/2018 16:54:09	Bruna Barboza Seron	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DeclaracaoCEP_pdf.pdf	13/09/2018 16:53:11	Bruna Barboza Seron	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 28 de Outubro de 2018

Assinado por:
Maria Luiza Bazzo
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

ANEXO 2 – OFÍCIOS DE ENCAMINHAMENTO DA PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO ESCOLAR
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA - GEC

OFÍCIO GEC 4/2018

Florianópolis, 08/11/2018.

Ilmo (a). Diretor (a)
Claudir Didomenico
EBM Albertina Madalena Dias

ENCAMINHAMENTO: PESQUISA (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC)

A Gerência de Educação Continuada, em consonância com a Portaria Municipal nº. 116/2012 encaminha o (a) pesquisador (a) **Willian Roberto de Souza**, 8ª fase do Curso **Educação Física**, da **UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina**, com o objetivo de obter autorização para a realização da pesquisa (**Trabalho de Conclusão de Curso**) intitulada: **“Atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física”** na **EBM Albertina Madalena Dias**, com previsão de desenvolvimento no período de: **2018**.

Caso a Unidade Educativa seja favorável à pesquisa, informamos que os seguintes procedimentos são imprescindíveis:

1. O pesquisador deve disponibilizar, na entrevista, carta de apresentação do professor orientador e projeto de pesquisa.
2. O desenvolvimento da pesquisa acontecerá com **o conhecimento e a anuência** dos profissionais da respectiva Unidade Educativa.
3. Toda e qualquer intervenção realizada pelo pesquisador, deverá ser previamente discutida com os profissionais da referida Unidade Educativa.
4. Os registros, documentários, fotos, ilustrações e outros, quando envolverem aluno/criança ou pessoas da comunidade educativa, deverão ser precedidos de autorização por escrito, de pessoa capaz, com a interveniência do diretor da Unidade Educativa.
5. Em caso de coleta de dados já sistematizados da SME (Central) ou da Unidade Educativa, o pesquisador deverá solicitar com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.
6. Dados, informações, referências ou depoimentos sobre a Secretaria Municipal de Educação deverão ser referenciados, conforme as normas da ABNT.
7. Fica firmado o compromisso de retorno dos resultados à Unidade Educativa onde se

desenvolveu a pesquisa e à Secretaria Municipal de Educação por meio de socialização dos dados em seminários, fóruns de debate, cursos de extensão, a critério do pesquisador, em acordo com a direção da Unidade Educativa ou SME (Central).

Agradecemos antecipadamente a sua parceria nesse processo de investigação, certos de que esta experiência será extremamente significativa, contribuindo com reflexões, proposições e indicadores que visem à qualidade da ação educativa da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Atenciosamente,



Ana Elisa de Moura Miotto

Assessora

Matrícula 13757-0

Assinatura do (a) Pesquisador (a): _____



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO ESCOLAR
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA - GEC

AUTORIZAÇÃO 4/2018

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA DE TCC

Eu, **Claudir Didomenico**, Diretor (a) da Unidade Educativa **EBM Albertina Madalena Dias**, autorizo a realização da Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, intitulada "**Atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física**" pleiteada pelo (a) pesquisador (a) **Willian Roberto de Souza** da 8ª fase do curso Educação Física, da **UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina**, no período **2018**.

Assinatura e carimbo do (a) Diretor (a): _____

Data: ____/____/____.

OBS: É imprescindível a devolução desta autorização, via e-mail, para a Gerência de Educação Continuada.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO ESCOLAR
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA - GEC

OFÍCIO GEC 5/2018

Florianópolis, 08/11/2018.

Ilmo (a). Diretor (a)
Simone Carvalho de Andrade
EBM Batista Pereira

ENCAMINHAMENTO: PESQUISA (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC)

A Gerência de Educação Continuada, em consonância com a Portaria Municipal nº. 116/2012 encaminha o (a) pesquisador (a) **Willian Roberto de Souza**, 8ª fase do Curso **Educação Física**, da **UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina**, com o objetivo de obter autorização para a realização da pesquisa (**Trabalho de Conclusão de Curso**) intitulada: “**Atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física**” na **EBM Batista Pereira**, com previsão de desenvolvimento no período de: **2018**.

Caso a Unidade Educativa seja favorável à pesquisa, informamos que os seguintes procedimentos são imprescindíveis:

1. O pesquisador deve disponibilizar, na entrevista, carta de apresentação do professor orientador e projeto de pesquisa.
2. O desenvolvimento da pesquisa acontecerá com o **conhecimento e a anuência** dos profissionais da respectiva Unidade Educativa.
3. Toda e qualquer intervenção realizada pelo pesquisador, deverá ser previamente discutida com os profissionais da referida Unidade Educativa.
4. Os registros, documentários, fotos, ilustrações e outros, quando envolverem aluno/criança ou pessoas da comunidade educativa, deverão ser precedidos de autorização por escrito, de pessoa capaz, com a interveniência do diretor da Unidade Educativa.
5. Em caso de coleta de dados já sistematizados da SME (Central) ou da Unidade Educativa, o pesquisador deverá solicitar com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.
6. Dados, informações, referências ou depoimentos sobre a Secretaria Municipal de Educação deverão ser referenciados, conforme as normas da ABNT.
7. Fica firmado o compromisso de retorno dos resultados à Unidade Educativa onde se

desenvolveu a pesquisa e à Secretaria Municipal de Educação por meio de socialização dos dados em seminários, fóruns de debate, cursos de extensão, a critério do pesquisador, em acordo com a direção da Unidade Educativa ou SME (Central).

Agradecemos antecipadamente a sua parceria nesse processo de investigação, certos de que esta experiência será extremamente significativa, contribuindo com reflexões, proposições e indicadores que visem à qualidade da ação educativa da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Atenciosamente,



Ana Elisa de Moura Miotto

Assessora

Matrícula 13757-0

Assinatura do (a) Pesquisador (a): _____

✂-----



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO ESCOLAR
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA - GEC

AUTORIZAÇÃO 5/2018

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA DE TCC

Eu, **Simone Carvalho de Andrade**, Diretor (a) da Unidade Educativa **EBM Batista Pereira**, autorizo a realização da Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, intitulada "**Atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física**" pleiteada pelo (a) pesquisador (a) **Willian Roberto de Souza** da 8ª fase do curso Educação Física, da **UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina**, no período **2018**.

Assinatura e carimbo do (a) Diretor (a): _____

Data: ____/____/____.

OBS: É imprescindível a devolução desta autorização, via e-mail, para a Gerência de Educação Continuada.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO ESCOLAR
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA - GEC

OFÍCIO GEC 6/2018

Florianópolis, 08/11/2018.

Ilmo (a). Diretor (a)
Andreia Santos da Costa Ferrão
EBM João Alfredo Rohr

ENCAMINHAMENTO: PESQUISA (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC)

A Gerência de Educação Continuada, em consonância com a Portaria Municipal nº. 116/2012 encaminha o (a) pesquisador (a) **Willian Roberto de Souza**, 8ª fase do Curso **Educação Física**, da **UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina**, com o objetivo de obter autorização para a realização da pesquisa (**Trabalho de Conclusão de Curso**) intitulada: **“Atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física”** na **EBM João Alfredo Rohr**, com previsão de desenvolvimento no período de: **2018**.

Caso a Unidade Educativa seja favorável à pesquisa, informamos que os seguintes procedimentos são imprescindíveis:

1. O pesquisador deve disponibilizar, na entrevista, carta de apresentação do professor orientador e projeto de pesquisa.
2. O desenvolvimento da pesquisa acontecerá com **o conhecimento e a anuência** dos profissionais da respectiva Unidade Educativa.
3. Toda e qualquer intervenção realizada pelo pesquisador, deverá ser previamente discutida com os profissionais da referida Unidade Educativa.
4. Os registros, documentários, fotos, ilustrações e outros, quando envolverem aluno/criança ou pessoas da comunidade educativa, deverão ser precedidos de autorização por escrito, de pessoa capaz, com a interveniência do diretor da Unidade Educativa.
5. Em caso de coleta de dados já sistematizados da SME (Central) ou da Unidade Educativa, o pesquisador deverá solicitar com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.
6. Dados, informações, referências ou depoimentos sobre a Secretaria Municipal de Educação deverão ser referenciados, conforme as normas da ABNT.
7. Fica firmado o compromisso de retorno dos resultados à Unidade Educativa onde se

*Rua: Ferreira Lima, 82 - Centro de Educação Continuada - Centro - Florianópolis - SC. CEP 88015-420
Telefone: (48) 3212-0922 – (48)3212-0923/ gec@sme.pmf.sc.gov.br*

desenvolveu a pesquisa e à Secretaria Municipal de Educação por meio de socialização dos dados em seminários, fóruns de debate, cursos de extensão, a critério do pesquisador, em acordo com a direção da Unidade Educativa ou SME (Central).

Agradecemos antecipadamente a sua parceria nesse processo de investigação, certos de que esta experiência será extremamente significativa, contribuindo com reflexões, proposições e indicadores que visem à qualidade da ação educativa da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Atenciosamente,



Ana Elisa de Moura Miotto

Assessora

Matrícula 13757-0

Assinatura do (a) Pesquisador (a): _____

✂



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO ESCOLAR
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA - GEC

AUTORIZAÇÃO 6/2018

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA DE TCC

Eu, **Andreia Santos da Costa Ferrão**, Diretor (a) da Unidade Educativa **EBM João Alfredo Rohr**, autorizo a realização da Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, intitulada "**Atuação dos professores auxiliares de educação especial nas aulas de educação física**" pleiteada pelo (a) pesquisador (a) **Willian Roberto de Souza**, da 8ª fase do curso Educação Física, da **UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina**, no período **2018**.

Assinatura e carimbo do (a) Diretor (a): _____

Data: ____/____/____.

OBS: É imprescindível a devolução desta autorização, via e-mail, para a Gerência de Educação Continuada.